





intervenção dos projetos de regularização fundiária, procedendo à análise urbanístico-ambiental, jurídica e registrária-administrativa, para a solução dos problemas identificados;

**VII.** Fixar diretrizes de atuação com a elaboração definitiva de Plano Urbanístico das áreas passíveis de regularização fundiária, bem como dos instrumentos legais necessários para efetivação do processo.

**VIII.** Proceder as buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado;

**IX.** Exercer outras atividades correlatas, especialmente as que lhe forem atribuídas pelo Prefeito Municipal.

Seção IV

Do Conselho Municipal de Regularização Fundiária

**Art. 10.** Fica criado o Conselho Municipal de Regularização Fundiária, órgão colegiado vinculado à Secretaria Municipal de Governo, destinado à regularização fundiária e ao desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecido os critérios fixados nesta Lei e na Legislação Estadual e Federal, no que for pertinente.

**Art. 11.** O plano de regularização fundiária deverá ser executado pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária, observadas as diretrizes fixadas na presente lei.

**Art. 12.** O Conselho Municipal de Regularização Fundiária será composto por 09 (nove) membros titulares e seus suplentes, sendo:

- 01 (um) membro indicado pelo Conselho Municipal de Habitação;
- 04 (quatro) membros indicados pelo Poder Executivo Municipal;
- 01 (um) membro indicado pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- 01 (um) membro indicado pelo Poder Legislativo Municipal;
- 02 (dois) membros indicados pelos beneficiários (fórum das associações).

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Regularização Fundiária será administrado por 01 (um) Presidente e 02 (dois) secretários, escolhidos entre os membros nomeados.

**Art. 13.** O Conselho Municipal de Regularização Fundiária, por ser constituído com finalidade específica, terá sua vigência iniciada com a deflagração do procedimento administrativo e será desconstituída com a conclusão da Regularização Fundiária.

**Parágrafo único:** A participação no Conselho Municipal de Regularização Fundiária não será remunerada, sendo considerado de relevante serviço público.

**Art. 14.** É atribuição prioritária do Conselho instaurar, instruir, orientar, analisar e acompanhar os expedientes que versam sobre a escrituração/titulação dos imóveis urbanos situados no Município, objetivando a promoção da regularização fundiária e o desenvolvimento econômico sustentável do Município, obedecidos os critérios fixados nesta lei e na legislação estadual e federal, no que for pertinente.

**Art. 15.** Quando necessário, por intermédio de seu Presidente, o Conselho poderá, em qualquer órgão da Administração Municipal:

- Avocar processos relativos a parcelamento e edificação em loteamentos irregulares e outras áreas objeto desta Lei;
- Requisitar qualquer informação referente ao parcelamento do solo ou edificação em loteamento irregular ou outras áreas objetos desta Lei, em especial, daqueles inscritos no Conselho Municipal de Regularização Fundiária.

**Art. 16.** O Conselho poderá baixar resoluções para atendimento específico das questões de regularização fundiária.

**Art. 17.** Os processos e expedientes relativos à regularização fundiária, de característica predominantemente residenciais e de baixa renda, terão tramitação prioritária nos órgãos e entidades da Administração Municipal.

Capítulo III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

**Art. 18.**A Reurb obedecerá às seguintes fases:

- Requerimento dos legitimados;
- Processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes, conforme determina a Lei 13.465 de 11 de julho de 2017;
- Nomeação do Conselho Municipal de

- Regularização Fundiária;
- Elaboração do projeto de regularização fundiária;
- Saneamento do processo administrativo;
- Decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade;
- Expedição da CRF pelo Município; e
- Registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

**Art. 19.** Compete ao Município:

- Classificar, caso a caso, as modalidades de Reurb;
- Processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária; e
- Emitir a Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

**Parágrafo único:** O Município deverá classificar e fixar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, uma das modalidades de Reurb ou indeferir, fundamentadamente, o requerimento.

**Art. 20.** Instaurada a Reurb, o Município, através de seu Departamento de Regularização Fundiária, deverá proceder as buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

**Art. 21.** A fim de fomentar a efetiva implantação das medidas da Reurb, o Município poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres com o Ministério das Cidades, com vistas a cooperar para a fiel execução do disposto nesta Lei.

**Art. 22.** A Regularização Fundiária depende da análise dominial da área a ser regularizada, comprovada por certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis e de projeto urbanístico elaborado pelo titular da iniciativa.

**§1º.** Identificado o titular dominial da área irregularmente ocupada, o Poder Executivo Municipal deverá notifica-lo para que proceda a sua regularização.  
**§2º.** Na omissão do titular do domínio da área e/ou do titular da iniciativa, o projeto de regularização e as obras poderão ser executados, supletivamente, pelo Poder Executivo Municipal, com posterior ressarcimento dos gastos via cobrança judicial do parcelador.

**§3º.** Esgotadas as diligências para a identificação e localização do parcelador e/ou do titular do domínio da área, o Poder Executivo Municipal poderá intervir no parcelamento do solo para adequá-lo.

**Art. 23.** O projeto de Regularização Fundiária deverá conter:

- Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;
- Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;
- Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;
- Projeto urbanístico;
- Memoriais descritivos;
- Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;
- Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;
- Estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta Lei, quando for o caso;
- Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e
- Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

**§1º.** O projeto de Regularização Fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

**§2º.** O processo de Regularização Fundiária de Interesse Específico-Reurb-E, deverá incluir estudo técnico que demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior e ser instruído com os seguintes elementos:

- A caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área;
- A identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área;
- A especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, outros serviços e equipamentos públicos;
- A identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais ou subterrâneas;
- A especificação da ocupação consolidada existente na área;
- A identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como de risco geotécnico;
- A indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;
- Avaliação dos riscos ambientais;
- A comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores a partir da regularização; e
- A demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.

**§3º.** Para fins da regularização ambiental prevista no §1º, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 (quinze) metros de cada lado.

**Art. 24.** O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter a indicação:

- Das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;
- Das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;
- Quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;
- Dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;
- De eventuais áreas já usucapidas;
- Das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;
- Das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;
- Das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;
- Outros requisitos que sejam definidos pelo Conselho Municipal de Regularização Fundiária.

**§1º.** Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

- Sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;
- Sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;
- Rede de energia elétrica domiciliar;
- Soluções de drenagem, quando necessário,

**§2º.** A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

**§3º.** As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb.

**§4º.** O Município definirá os requisitos para elaboração do projeto de regularização, no que se refere aos desenhos, ao memorial descritivo e ao cronograma físico de obras e serviços a serem realizados, se for o caso.

**§5º.** A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, dispensada a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o responsável técnico for servidor ou empregado público.

**Art. 25.** Os procedimentos de análise e aprovação do projeto de Regularização Fundiária serão regulamentados por Decreto.

**Art. 26.** O título outorgado ao beneficiário oriundo da Regularização

Fundiária deverá ser expedido, preferencialmente, em nome da mulher ocupante do imóvel objeto da regularização.

**Art. 27.** A regularização de ocupações irregulares não implica no reconhecimento e responsabilização do Poder Público Municipal das obrigações assumidas pelo parcelador junto aos adquirentes das unidades imobiliárias.

**Art. 28.** As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento vigente.

**Art. 29.** Revogadas as disposições em contrário, notadamente a Lei Municipal nº 1.175 de 06 de maio de 2014.

Monte Carmelo/MG, 28 de janeiro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 9263, DE 28 DE JANEIRO DE 2019.**

*“Faz nomeação que especifica”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - Nomear IRIANNE ALVES DE SOUSA, matrícula 440822, para o cargo de CH DE DIVISAO I DAD-03, para compor o quadro de provimento comissionado, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem em 21/01/2019.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo-MG, 28 de janeiro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 9264 DE 28 DE JANEIRO DE 2019.**

*“Concede Quinquênio que especifica”.*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

**Art. 1º** - CONCEDE 5º QUINQUENIO, nos termos do Art. 72 da Lei Complementar nº 08, de 09 de Dezembro de 2005, ao servidor MARCO ANTONIO NUNES DE SOUZA, matrícula 31909, ocupante do cargo de MEDICO(A) OFTALMOLOGISTA, lotado (o) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**Art. 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/01/2019.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 28 de janeiro de 2019.

**SAULO FALEIROS CARDOSO**  
*Prefeito Municipal*

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
*Procuradora Geral do Município*